



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Exma. Senhora
Presidente da Comissão Parlamentar
de Assuntos Europeus
Dra. Regina Bastos

Of. n.º 90|CNECP|2017

05.julho.2017

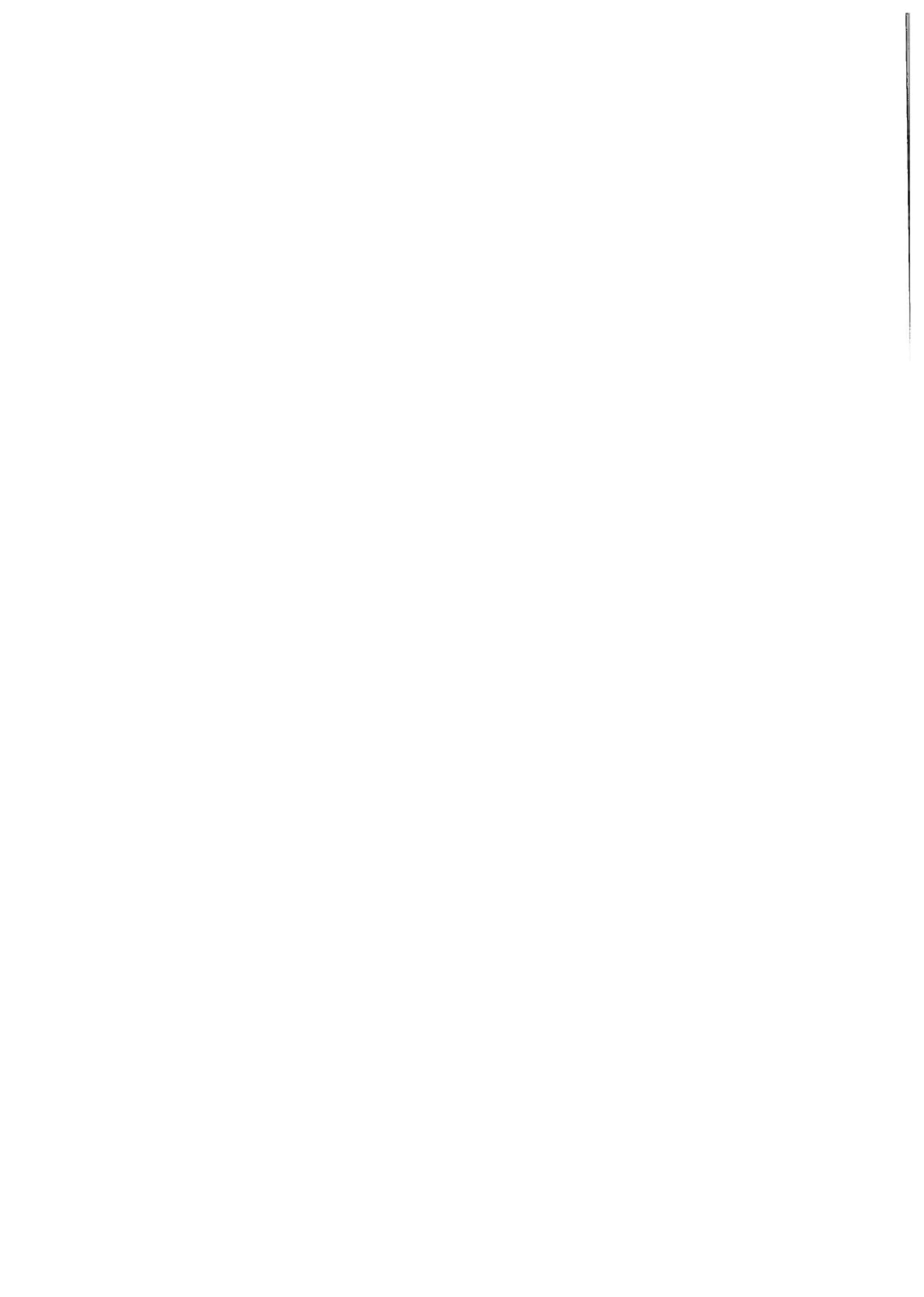
Assunto: JOIN (2017)

Junto remeto a V. Exa. o Relatório da JOIN (2017) 11, "**COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO** Elementos para uma estratégia da UE para a Síria", aprovado na Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sua reunião de 04 de julho de 2017, com os votos favoráveis do PSD, PS, CDS-PP, e contra do BE e do PCP

Com a expressão dos meus melhores cumprimentos,

O Presidente da Comissão,

(Sérgio Sousa Pinto)





Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Relatório

JOIN (2017) 11 Final

Autor: Rui Silva

Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Elementos para uma estratégia da União Europeia para a Síria



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

INDICE

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

PARTE II – CONSIDERANDOS

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

PARTE IV- CONCLUSÕES



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE I – NOTA INTRODUTÓRIA

Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a JOIN (2017) 11 Final relativa à **“Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Elementos para uma estratégia da União Europeia para a Síria”** atento o seu objeto, para efeitos de análise e elaboração do presente relatório.

PARTE II – CONSIDERANDOS

1. Análise da Iniciativa

De acordo com a iniciativa europeia que aqui se analisa, a “guerra na Síria, uma das piores crises humanitárias do mundo desde a Segunda Guerra Mundial, continua a ter consequências devastadoras e trágicas para a sua população” e está “também a ter um impacto desestabilizador cada vez maior na região circundante, devido à deslocação de populações, à propagação do terrorismo e à exacerbação das diferenças políticas e sectárias”.

Assim, a presente Comunicação enquadra-se no papel da União Europeia (UE) pode desempenhar na definição de um quadro estratégico destinado a “contribuir de forma mais significativa para uma solução política duradoura na Síria, ao abrigo do atual quadro acordado pelas Nações Unidas, ajudar a reforçar a estabilidade e apoiar a reconstrução pós-acordo, assim que estiver em curso uma transição política credível”.

Ao mesmo tempo, a “Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

de Segurança (a seguir designada «Altá Representante») e a Comissão procuraram obter a aprovação da estratégia em vésperas da conferência de Bruxelas sobre o apoio ao futuro da Síria e da região, que se realizou a 5 de abril de 2017, como contributo da UE para dois dos três grandes temas dessa conferência: apoio ao processo político e apoio à reconciliação e à estabilização”.

Esta Comunicação pretendeu ser um contributo da UE para a conferência de Bruxelas sobre o apoio ao futuro da Síria e da região, que ocorreu no passado dia 5 de abril do corrente ano. O seu objetivo é também o de ajudar a reforçar a estabilidade e a apoiar a reconstrução pós-acordo logo que esteja em curso uma transição política efetiva e credível.

De acordo com este documento a “estratégia constitui também uma revisão dos aspetos relativos à Síria da *Estratégia regional da UE para a Síria e o Iraque, bem como para a ameaça representada pelo EILL/Daexe*, revista e atualizada pelo Conselho, pela última vez, em maio de 2016.¹ É necessário rever o papel da UE e o que esta pode fazer para ajudar a promover uma solução política, baseada na Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), que funcione para todos os sírios, permitindo-lhes viver de forma segura, em liberdade e com dignidade”.

A situação na Síria

A Guerra Civil que dura há já mais de seis anos tem tido um efeito devastador na Síria e na sua população. Apesar das sucessivas conversações de paz lideradas pela ONU, do Comunicado de Genebra de 2012², e dos esforços do Grupo Internacional de Apoio à Síria e dos seus grupos de trabalho a verdade é que as partes em conflito continuam sem chegar a um acordo para pôr um fim à guerra e, de acordo com esta Comunicação, a escalada de violência no terreno tem sido sistematicamente alimentada pelo regime sírio e pelos seus aliados, bem como por grupos extremistas violentos e elementos da oposição armada. Tal conduziu à crescente vulnerabilidade do povo sírio, a uma engenharia demográfica devido a

¹ <http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015JC0002&from=EN>
<http://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2016/05/23-fac-syria-iraq-daesh-conclusions/>

² <http://www.un.org/News/dh/infocus/Syria/FinalCommuniqueActionGroupforSyria.pdf>



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

evacuações forçadas, e a graves violações dos direitos humanos e do direito humanitário internacional.

Tal como é referido nesta iniciativa europeia, “seis anos de conflito tiveram um enorme impacto na população civil da Síria. A esperança de vida diminuiu 20 anos. O desenvolvimento económico e humano regrediu 40 anos, levando muitos cidadãos sírios a abandonar o país. A economia síria entrou em colapso e foi substituída por uma economia de guerra, que beneficia apenas uma pequena minoria. 13,5 milhões de pessoas,³ quase três quartos da população restante,⁴ necessitam urgentemente de ajuda humanitária, incluindo mais de seis milhões de pessoas deslocadas internamente e mais de cinco milhões de pessoas em zonas sitiadas e de difícil acesso”.

De acordo com a Comunicação da Comissão Europeia “desde o início da guerra, em 2011, a UE mobilizou coletivamente, UE e Estados-Membros, mais de 9,4 mil milhões de EUR em resposta à crise síria, tanto na Síria como na região, o que a torna o maior doador. Paralelamente, “no interior da Síria, a UE mobilizou mais de 900 milhões de EUR, dos quais mais de 600 milhões foram destinados à prestação de assistência humanitária. Este financiamento atendeu às necessidades da população de todo o país e deu prioridade a operações multissetoriais de salvamento, em especial em zonas sitiadas, contestadas e mal servidas”.

Afirma a Comissão Europeia que a “continuação da guerra na Síria poderá levar à divisão do país em função de critérios sectários, o que poderá estimular ainda mais o extremismo violento e o terrorismo, ou à imposição do controlo militar por parte do regime sobre todo o país. Ambas as situações provocarão uma instabilidade permanente, com consequências adversas mais alargadas a nível regional e mundial, minando inclusivamente a capacidade de resolução de outros litígios por parte da arquitetura institucional e jurídica internacional”.

³ <http://www.unocha.org/syria> .

⁴ <http://www.worldometers.info/world-population/syria-population/> .



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Desta forma e tendo em conta a atual situação no terreno a Comissão identifica um conjunto de consequências do perdurar no tempo desta situação:

- a perda de vidas e o agravamento do sofrimento humano, inclusive em cercos, levando a mais deslocações de populações, nomeadamente grandes fluxos de refugiados por toda a região e para a Europa;
- a violência persistente, a radicalização de grupos armados e a propagação do extremismo violento;
- a proliferação de atividades criminosas resultante de uma economia de guerra, incluindo o tráfico de armas e de seres humanos;
- o declínio económico constante com redução de oportunidades económicas e de negócios;
- a consolidação de diferenças sectárias, dificultando os esforços para conseguir um processo de reconciliação nacional;
- uma maior instabilidade nos países vizinhos, prejudicando inclusivamente a estabilização do Iraque pós-Daexe, e tendo novos impactos diretos na Jordânia, no Líbano e na Turquia; e
- a continuação da destruição de património cultural, incluindo património mundial, e o tráfico de bens culturais.

A Comissão definiu também as suas metas estratégicas relativamente à Síria, de acordo com os seus interesses e valores fundamentais e assentando na Estratégia Global para a Política Externa e de Segurança da UE e na Política Europeia de Vizinhança. Temos assim:

- uma Síria una – um país unido, nomeadamente a nível territorial, para todos os cidadãos sírios;
- uma Síria democrática – um governo legítimo e um sistema político pluralista, que respeitem o Estado de direito e os direitos individuais com base na igualdade dos cidadãos;

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

- uma Síria inclusiva e diversificada – um país multicultural em que todos os grupos étnicos e religiosos sintam que as suas identidades estão protegidas e que têm uma igualdade de acesso às administrações públicas;
- uma Síria forte e segura – um Estado eficaz, com instituições funcionais, centradas na segurança dos cidadãos e nos serviços prestados aos mesmos, um exército nacional único e forças policiais e de segurança responsáveis;
- uma Síria estável – um sistema político estável e uma economia forte, que ofereça sistemas de educação e de saúde adequados à sua população, que atraia o investimento estrangeiro e mantenha boas relações com todos os seus vizinhos, estando integrado na comunidade internacional como parceiro construtivo.

Para alcançar estas metas estratégicas, os objetivos da UE para a Síria são os seguintes:

- pôr fim à guerra através de um processo de transição política negociado pelas partes em conflito, com o apoio do Enviado Especial das Nações Unidas para a Síria e de intervenientes internacionais e regionais importantes;
- promover uma transição significativa e inclusiva no país através do apoio ao reforço da oposição política, em conformidade com a Resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas e o Comunicado de Genebra;
- promover a democracia, os direitos humanos e a liberdade de expressão, reforçando as organizações da sociedade civil síria;
- promover um processo de reconciliação nacional, baseado nos esforços de consolidação da paz e na luta contra o extremismo violento e o sectarismo, incluindo uma abordagem à justiça de transição que deve incluir a responsabilização por crimes de guerra;
- salvar vidas, dando resposta às necessidades humanitárias dos cidadãos sírios mais vulneráveis de uma forma oportuna, eficaz, eficiente e baseada em princípios;
- apoiar a resiliência da população síria, bem como das instituições e da sociedade.

PARTE III - OPINIÃO DO DEPUTADO AUTOR DO PARECER

O conflito da Síria é, presentemente, um dos maiores focos de instabilidade no sistema internacional com consequências devastadoras para a própria população síria, para os estados vizinhos e para União Europeia.

As sucessivas vagas de refugiados que este conflito tem gerado são um dos problemas mais graves com que a União teve de lidar durante a sua existência como espaço de liberdade e salvaguarda dos direitos humanos.

A instabilidade internacional que este conflito tem gerado, bem evidenciada, no crescimento da atividade terrorista justifica da parte da comunidade internacional e, neste caso concreto, da União Europeia um esforço empenhado para criar as condições para a sua resolução diplomática.

A crise síria tem, ao mesmo tempo, posto em evidência as rivalidades que ainda se fazem sentir no sistema internacional e as diferentes posições dos principais atores internacionais mesmo quando dizem defender os mesmos princípios do direito internacional e pretender acabar com o terrorismo internacional.

Esta iniciativa que aqui analisamos traduz-se num elenar de boas intenções que, infelizmente, na maior parte dos casos terão grandes dificuldades em ser aplicados no terreno enquanto se mantiverem os atuais interlocutores na Síria.

A sucessão de crimes contra a humanidade cometidos na Síria justificaria, talvez, uma atuação ainda mais determinada da comunidade internacional. A morte de inocentes e a devastação de todo um país e de uma região não se resolve com meras palavras de circunstância.

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

PARTE IV- CONCLUSÕES

- 1- Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 21/2012 de 17 de maio, relativa ao “Acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia”, a Comissão de Assuntos Europeus enviou à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas a JOIN (2017) 11 Final - Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho: Elementos para uma estratégia da União Europeia para a Síria;
- 2- Atenta a matéria em causa propõe-se o acompanhamento atento dos desenvolvimentos futuros das medidas relacionadas com a presente iniciativa e dela decorrentes.
- 3- A Comissão dá, assim, por concluído o escrutínio da presente iniciativa, devendo o presente Relatório, nos termos da Lei n.º 43/2006 de 25 de agosto de 2006, ser remetido, para os devidos efeitos, à Comissão de Assuntos Europeus.

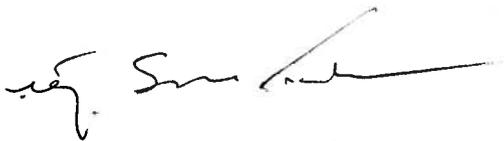
Palácio de S. Bento, 4 de julho de 2017

O Deputado autor do Relatório

O Presidente da Comissão



(Rui Silva)



(Sérgio Sousa Pinto)

